

As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania

Jane Soares de Almeida

Palavras-chave: mulheres; educação; feminismo; cidadania.

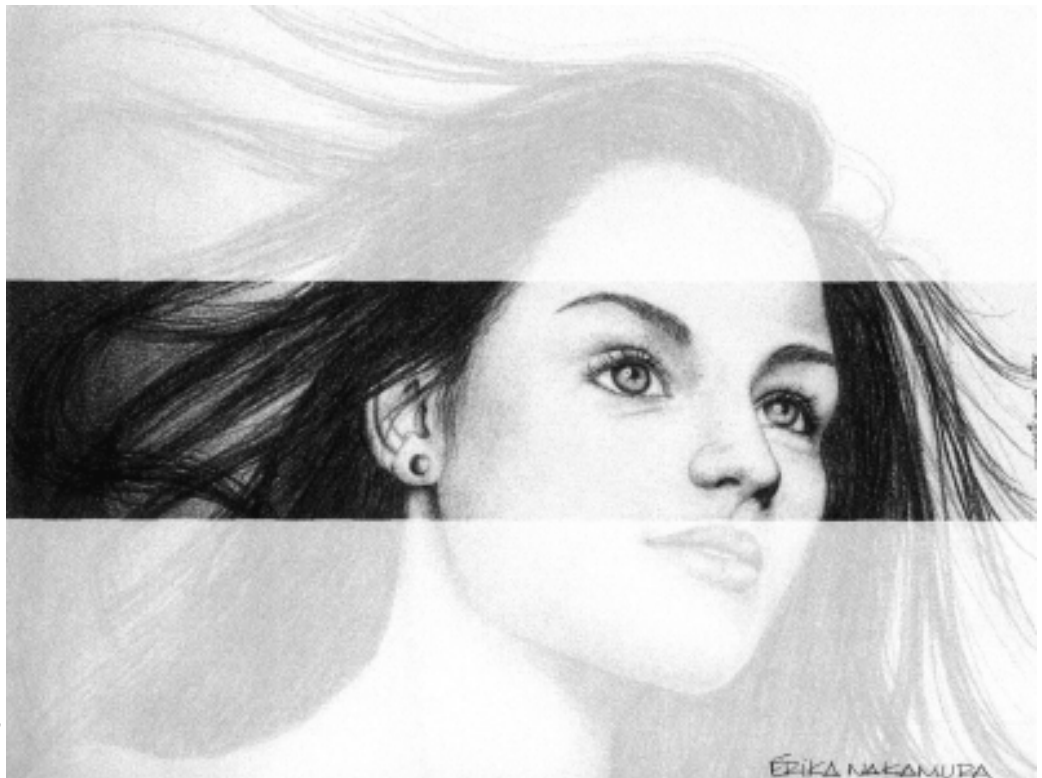


Ilustração: Érika Nakamura

Quero poder ocupar na Sociedade um lugar igual ao do meu companheiro. Iguais no nascer e no morrer havemos também de ser iguais no viver...

A Voz Feminina
Lisboa, 1868.

As mulheres sempre lutaram por direitos que lhes foram negados num mundo construído sob a autoridade masculina. Os vários movimentos feministas mostraram que nessas

lutas, além do direito político ao voto, as mulheres reivindicaram educação, instrução, igualdade e cidadania, o que lhes possibilitariam o trânsito da esfera doméstica para o espaço público. Este artigo realiza uma breve trajetória sobre esse movimento baseado nas reivindicações femininas, e conclui que, apesar das conquistas que foram efetivadas, ainda resta muito por fazer nesse plano, no qual a educação desempenha importante papel.

A conquista do direito ao voto reivindicado pelas primeiras sufragistas em princípios do século 20, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, embora tenha ocorrido com maior ou menor intensidade, em nível mundial poucas modificações foram introduzidas no cotidiano das mulheres na época. Na realidade, o acesso das mulheres à educação e instrução, com vias a uma possível profissionalização foi muito mais relevante, do ponto de vista de sua emancipação, do que o voto, nos vários países em que o movimento se disseminou. Embora as lutas sufragistas tenham ocorrido de formas diversificadas e tivessem uma extremada conotação política, variando em intensidade nos diferentes locais, as reivindicações por educação foram uníssonas: as mulheres viam no acesso ao letramento e ao conhecimento o caminho mais direto para a liberação feminina das limitações a que estavam sujeitas, considerando que a educação e a instrução promoveriam avanços significativos na existência feminina.

As feministas consideravam que somente através da conscientização, proporcionada pelo conhecimento da opressão e dominação a que eram submetidas, poderiam organizar-se, resistir e lutar para escaparem do jugo masculino e das regras sociais injustas. Essa conscientização era, pois, um avanço significativo se compararmos com o silêncio e rigor das épocas anteriores, em que raras mulheres conseguiam romper as barreiras impostas ao seu sexo, sendo marginalizadas e ridicularizadas quando se expunham no espaço público e pretendiam se fazer ouvir.

As feministas inglesas e norte-americanas promoveram verdadeiras batalhas urbanas pela conquista do voto. O mesmo não ocorreu, por exemplo, com as portuguesas e as brasileiras que adotariam um discurso emancipatório ameno, emprestando das formulações ideológicas da classe dominante. Oriundas principalmente desta classe, obtiveram aliados masculinos, embora as inevitáveis resistências de setores sociais conservadores. Apesar de desejarem a igualdade de direitos, com o objetivo de participarem dos acontecimentos políticos dos respectivos países, a necessidade de educarem-se e instruírem-se era muito mais importante, tendo em vista os papéis de esposas e mães a serem desempenhados futuramente nos lares.

O século que se iniciava exigia um novo tipo de mulher que se opunha aos padrões vigentes da mulher inculta, ignorante dos avanços de seu tempo ou somente versada em amenidades domésticas. A mulher educada era o esteio da família e o alicerce da pátria, a reprodutora da raça e formadora dos futuros cidadãos, premisas essas que vinham há algum tempo sendo exaltadas pelos republicanos desejosos de romper com a concepção educacional arcaica dos tempos da monarquia.

Conscientes dos receios masculinos (e também femininos), de que a mulher educada abandonaria a sagrada missão a ela destinada como mãe e esposa, e que o excesso de instrução interferisse na sua saúde e capacidade reprodutiva, apressaram-se as feministas em declarar que a educação da mulher só traria benefícios para a sociedade: "não haja temores vãos: a mulher ficará no lar, sempre que possa fazê-lo, porque é essa a sua tendência natural", declarava Emília de Sousa Costa, escritora e educadora portuguesa, em conferências realizadas no Instituto de Música no Rio de Janeiro em 28 de junho e 4 de julho de 1923, posteriormente publicadas em forma de livro, intitulado: *A mulher – educação infantil*, dedicado a Júlia Lopes de Almeida, "amiga illustre e escriptora insigne".

O pensamento da escritora sintetizava aquilo em que acreditavam as feministas sul-americanas, francesas e portuguesas, entre outras, reforçando, dessa forma, a adesão de muitos homens ao movimento, já que esse não se constituía propriamente numa ameaça à hegemonia do sexo masculino. Mesmo declarando-se feminista convicta, Emília de Sousa Costa considerava o homem possuidor de "maior profundidade de raciocínio, maior serenidade no perigo, maior valentia de ânimo, maior largueza de vistas". Tais atributos masculinos serviriam principalmente, para "atenuar com dedicação, com escrúpulo, com probidade, as naturais deficiências na esposa, na mãe, na irmã, na noiva ou filha" (Costa, 1923, p. 32).

Esse discurso feminista caracterizava-se, portanto, dentro dos princípios e dos conceitos da ideologia dominante, sendo veiculado por mulheres que tinham oportunidade de acesso à cultura letrada. Assim, em vez de partir para a luta e o confronto, conforme o fizeram as americanas e inglesas, se valiam da persuasão e do convencimento, ressaltando a importância

da domesticidade em suas vidas. Com esse procedimento, o ideário burguês que impregnava fortemente a sociedade da época, era absorvido e o movimento adaptava-se aos seus princípios. O resultado costumava ser positivo, pois a natureza feminina, sua doçura e submissão não eram questionadas, mas aceitas; das mulheres se esperava que em vez de inteligência, tivessem alma, em vez de ideais, professassem a fé, e nisso a Igreja Católica desempenhava um papel determinante através do apelo à aproximação com o arquétipo da Virgem. Nessa perspectiva, a educação era vista como disciplinadora das mulheres e não mais como sua perdição, conforme se acreditava em décadas anteriores.

O movimento feminista, que eclodiu no início do século 20 na América do Norte e Europa e teve repercussões na América Latina, encarregou-se de sepultar definitivamente a visão medieval que via a educação feminina como contaminadora da sua consciência, perigosa para a pureza de seu corpo e da sua alma. Ao aliar-se ao discurso social vigente sobre a educação da mulher, em vez de nociva, ser um inegável benefício para a sociedade burguesa e principalmente para a vida em família, o movimento feminista, liderado por mulheres da elite intelectual e econômica, detentoras de poderes no espaço privado, o que indiretamente lhes dava poder no espaço público, revelava um raro sentido de argúcia e sensatez buscando aliados políticos entre o sexo masculino, pelo menos é o que se depreende dos textos publicados nos jornais da época, através dos artigos de autoria feminina (Almeida, 1998a).

As mulheres engajadas no movimento, normalmente letradas e bem nascidas, viam a possível saída para romper com os mecanismos de dominação e opressão do seu sexo: a educação e a instrução. Através da educação, alcançariam a liberdade, os direitos sociais e políticos, a profissionalização e até o poder econômico que proporcionaria uma relativa autonomia, dentro dos limites que a vida social urbanizada impunha ao sexo feminino. Apesar disso, o acesso à educação, que acabou por ser conquistado, revelou-se como mais um mecanismo de opressão. As escolas normais e os liceus, criados para dar instrução e profissionalizar os jovens, repetiam as normas e a imagética

social de uma educação feminina voltada para o espaço doméstico. À medida que a educação das mulheres possibilitou conservar tanto nos lares como nas escolas e na sociedade a hegemonia masculina, esta foi uma faca de dois gumes: detentores do poder econômico e político, os homens também apropriaram-se do controle educacional e passaram a ditar as regras e a normatizar a educação feminina segundo seu modo de agir e pensar. Assim, educadores, intelectuais, governantes e legisladores se encarregaram de elaborar as leis e decretos, criaram os regimentos das escolas normais e liceus femininos, compuseram seus currículos e programas, escreveram a maioria dos livros didáticos e dos manuais escolares. Já haviam feito isso na educação básica e superior, sendo os principais conhecedores das regras e das normas educacionais. Assim, as escolas para moças também estariam sob seu domínio, como as demais instâncias da sociedade e se perpetuaria o mesmo estado de coisas vigente nas décadas anteriores. Primeiramente, idealizariam a organização e o funcionamento dos liceus femininos, dos colégios, dos internatos e da escola normal, discutiriam a permissão ou a proibição da coeducação dos sexos em nome do que era conveniente no momento histórico e político; influenciariam na organização dos currículos e dos programas, atendendo a mesma ideologia domesticadora, enfim, ditariam as regras e os rumos da educação escolarizada feminina.

Tendo em vista o direcionamento que a ideologia masculina imprimiria à educação das mulheres, esta continuou um prolongamento daquilo que era ministrado no seio da família e ensinar piano, bordado, puericultura, línguas, pintura, música, culinária continuaria a fazer parte do currículo das escolas de meninas e moças. Agora não mais seriam vistas como as procriadoras incultas, como na Colônia e Império, eram as futuras esposas educadas, conhecedoras das necessidades do marido e dos filhos, os alicerces confiáveis do lar cristão e patriótico, responsáveis pela sua segurança, harmonia e perenidade.

Porém, logo se evidenciou que educar as mulheres apenas nas prendas domésticas não era suficiente. As da classe elevada sempre poderiam garantir-se financeiramente através da fortuna familiar ou do marido. Mas havia aquelas de poucos

recursos, as solteiras, as órfãs sem dote, as de família boa, mas arruinada, o que não era fato raro na época, essas precisariam trabalhar, senão como iriam manter-se? Entretanto, tinha que lhes ser oferecida uma profissão que não atentasse contra os costumes vigentes e não se constituísse um empecilho para o exercício do principal trabalho feminino: o casamento, a procriação e o cuidado da casa.

Com isso, abriu-se a possibilidade para as moças de, ao cursarem a escola normal e se habilitarem para o magistério primário, alcançarem também o desempenho de uma profissão, sem que grandes embates necessitassem ser travados com os controladores do seu destino. Para as aspirações sociais da época, exercer o ofício de mestra de crianças era nobre; os cuidados com alunos de tenra idade não fugiam das aspirações maternas; exigindo espírito de sacrifício e renúncia, qualidades que todas as mulheres, futuras mães, deveriam ter. Mas havia que dirigir sua vocação para o cuidado de crianças pequenas, de tenra idade nas quais ainda não se desenvolvera a sexualidade. Quando fossem maiores, as professoras lecionariam para as meninas e os professores para os meninos. Isso era pregado pela Igreja Católica e pelos conservadores. O contrário seria imoral, pois a sempre necessária separação entre os sexos impediria a excessiva intimidade que contaminaria a pureza feminina e despertariam nos meninos desejos em desacordo com a moral cristã e os bons costumes sociais. No futuro, os sexos se juntariam através do casamento religioso e seu reconhecimento pela sociedade civil; seres mantidos no distanciamento teriam por dever formarem novas famílias e viverem em harmonia, revelando-se assim o paradoxo de uma cultura calcada sobre princípios androcêntricos.

No Brasil dos primeiros anos do século 20, haviam sido efetivadas algumas conquistas feministas, principalmente quanto à necessidade de escolarização para as mulheres, embora houvesse ainda uma certa resistência quanto a seguir carreiras profissionais, abrindo-se a possibilidade de exercerem o magistério, uma profissão que rapidamente se feminizava. Isso concedia às jovens um pouco mais de liberdade e autonomia, embora fossem severamente controladas. Porém, ainda pouco se resolvera



concretamente em termos de maiores direitos femininos na vida de todo dia. O voto era uma reivindicação, que ora era concedida, ora recusada às mulheres do mundo todo, estando em dependência dos acordos políticos das lideranças sufragistas com a classe dirigente. O espaço público seria, por um bom tempo, uma meta a ser atingida e o acesso à profissionalização, em outras áreas, que não o magistério ou enfermagem, outra possibilidade que se abria fazia-se ainda muito restrito.

A educação das mulheres que a princípio foi negada, tendo como justificativa que isso iria prejudicar sua *frágil* constituição física e emocional, acabou por revelar-se uma necessidade, notadamente no período pós-republicano. De acordo com os pressupostos dos liberais e positivistas, o novo estado que se delineava após a queda do regime monárquico exigia cidadãos aptos a fazerem a nação crescer e a desenvolver-se. Isso não seria possível sem a instrução da população em geral. No caso feminino, a educação possibilitaria que repousasse em mãos adequadas o destino dos futuros homens que se incumbiriam dessa tarefa nacionalista. Ao mesmo tempo, se entendia que uma escola normatizada, veiculadora de uma instrução corretamente destinada ao sexo feminino e fornecida por uma instituição de mérito, não ofereceria muitos riscos de desviar as jovens e as meninas da sua *verdadeira vocação*, representada pelo casamento e maternidade. As mulheres educadas continuariam a cuidar da casa e dos filhos, e a hegemonia masculina não sofreria ameaças consistentes.



Para as mulheres, educar-se e instruir-se, mais do que nunca, era uma forma de quebrar grilhões domésticos e de sair para o espaço público, adequando-se às normas sociais e às exigências da vida pessoal. Foi também uma questão crucial a ser enfrentada no novo mundo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados. Possuidoras dos saberes privados sobre o mundo dos homens, as mulheres passaram a reivindicar o saber público, mesmo derivado do masculino e referendado com seu selo oficial. Esse saber público foi, de certa maneira, a via de acesso ao poder, o que era passível de confronto com a desigualdade e a opressão. Uma vez conscientes da força revelada pela atuação no espaço público, do poder e de suas implicações na vida em sociedade, as mulheres pertencentes à elite feminista que o reivindicava, não mais aceitaram a intermediação masculina entre elas e o espaço público e passaram a fazer ouvir sua voz, principalmente através da imprensa periódica feminina. Os mecanismos de exclusão saíram da invisibilidade e foram contundentemente atacados, revelando às demais mulheres um pensamento que rejeitava a subordinação ao modelo masculino.

No cenário europeu, um dos principais sofismas desse período, que dizia respeito à recusa ao voto às mulheres, baseava-se em que estas não pagavam seu tributo de sangue à guerra. As feministas responderam que aqueles que advogavam essa negativa esqueciam-se que o tributo era pago com o sangue dos maridos, dos filhos, pais e irmãos e com

as privações cotidianas vividas quando no mundo não existe paz. Na ausência dos homens, a sociedade civil deveria continuar subsistindo e as mulheres preencheram os postos de trabalho nas fábricas, no comércio, nos setores de produção. É possível encontrar em jornais da época manifestações como esta:

As mulheres nesta grande e terrível guerra teem dado uma prova gigantesca do seu preparo para entrarem na vida complexa dos povos modernos. As mulheres menos instruídas, mães, esposas ou filhas, ainda que não o digam sentem a necessidade de continuar a empresa trágica à qual está ligada a vida de seus homens. Sem desespero inútil, antes com resignação e serenidade, esperam o fim da guerra.¹

A conquista do voto veio na esteira da guerra em alguns países: na Suécia, o voto já havia sido conquistado pelas mulheres desde 1862; na Dinamarca em 1915, na Noruega em 1913, na Alemanha em 1918, na Holanda, Bélgica, Áustria, Luxemburgo, Polônia, Checoslováquia, Grécia, México, Inglaterra e Estados Unidos em 1919. Em Portugal em 1931 e somente para aquelas que tivessem o curso superior ou secundário, entre outras exigências. Na França ainda foi mais tardio o direito de votar, apenas em 1945. Na Itália, perseguidas pelo fascismo, as feministas conseguiram ser eleitoras somente em 1946 e na Argentina, em 1950.

No Brasil, a proposta de conceder o voto às mulheres tramitou no Congresso desde 1890, talvez inspirada na Proclamação da República e nos ideais igualitários do Liberalismo. O movimento só tomou forma por volta de 1910 num processo pacífico e ordeiro, principalmente devido ao fato de as sufragistas pertencerem às elites oligárquicas e serem suas aliadas. Mesmo assim, só puderam obter esse direito em 1932.

Na república brasileira os positivistas, principais defensores da superioridade moral das mulheres, insurgiram-se tenazmente contra o sufrágio com o argumento que uma incursão ao mundo da política poderia conspurcar a moral feminina. Porém, as lutas por educação e instrução começaram a dar bons resultados e, nas décadas seguintes, passou-se a dar uma atenção renovada à educação feminina, multiplicando-se os liceus, colégios e escolas normais. Aproximadamente entre

¹ Em artigo de autoria de Gemma Majonch, escritora e professora da Escola Normal Superior de Perugia, Itália, correspondente do jornal *Alma Feminina*, editado em Lisboa (1916).

1890 a 1930 se caracterizou, em termos das reivindicações feministas, um período em que se apelava pela igualdade de direitos, o repúdio à infância abandonada e à prostituição, o acesso à cidadania e ao trabalho, a denúncia da opressão masculina, o direito à educação e instrução, a profissionalização e a liberdade, ao direito de votar e serem votadas, porém sem perder de vista o papel de esposas e mães. O pós-guerra e a cada vez mais acelerada urbanização e industrialização, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a publicidade, o cinema, o rádio, ocasionariam, por sua vez, expressivas mudanças nos costumes, gerando novos comportamentos femininos (Almeida, 1998b).

Nas décadas de 40 e 50 do século 20, as mulheres não mais aceitavam as mesmas subordinações a que suas antecessoras estiveram submetidas, mas muitos valores permaneceram inalterados, principalmente os referentes à sexualidade e domesticidade. Entretanto, a expansão dos meios de comunicação, a conquista do direito à instrução, a ampliação do mercado de trabalho e o acelerado progresso e desenvolvimento, assim como as novas descobertas da Ciência, acabaram por produzir uma nova consciência feminina que se foi esculpindo em meados do século 20 na esteira do término da Segunda Guerra. O meio século transcorrido desde as primeiras lutas feministas, juntamente com suas conquistas, trouxe as duplas jornadas de trabalho. O lar ainda era considerado como um local essencialmente reservado às mulheres e os cuidados com os filhos também continuaram sob a responsabilidade da mulher. Em caso de separação, a lei decidia, com raras exceções, que caberia a esta a guarda da prole. A chance de seguir uma carreira remunerada se ancorava no preparo profissional pela via escolar, e a legislação civil e trabalhista caminhava ainda a passos lentos em relação aos direitos das mulheres.

As décadas de 60 e 70 do século 20 assistiram à quebra de antigos preconceitos, num movimento que se originou primeiramente nos Estados Unidos e tomou contornos mais nítidos nos anos 70, acompanhando as reivindicações pelo fim da Guerra do Vietnã e alinhando-se com os protestos das minorias marginalizadas. É possível afirmar que o feminismo abriu caminho para as reivindicações

das minorias: numa sociedade que se desejava democrática e que repudiava os valores discriminatórios que originaram o conflito europeu, não poderiam coexistir discriminações calcadas em fatores biológicos e hereditários. Talvez aí residam também as origens daquilo que a pós-modernidade denomina multiculturalismo, o qual considera o pluralismo, a diversidade e a diferença entre os seres humanos, o que não justifica a discriminação e a dominação de origem cultural, nem se constitui aval para a opressão.

Nos anos 70 as mulheres tiveram possibilidades de exercer profissões e o acesso às universidades foi consolidado, embora ainda coexistissem guetos profissionais. Não mais caladas e confinadas na penumbra doméstica passaram a ser parte importante do sistema produtivo. O silêncio sofrido das antepassadas pareceu ter ficado para trás e vozes femininas se tornaram uma constante no panorama sociopolítico e econômico dos vários países. Isso abriu espaço para que se expandissem os estudos teóricos sobre as mulheres e a emergência de uma crítica teórica feminista pautada na eliminação das desigualdades. A partir da elaboração de novos constructos teóricos, mudaram alguns paradigmas e a crítica feminista levou à introdução do conceito de gênero como categoria científica que explicita as relações sociais entre os sexos, o que leva à elaboração de construções epistemológicas mais definidas sobre as relações de poder. Isso surgiu primeiramente entre a militância feminista durante a ultrapassagem da adoção dos modelos reivindicatórios dos primeiros movimentos que se deram em princípios do século, e que se basearam primeiramente na não-aceitação da desigualdade e depois na sua eliminação.

A atual geração feminista incorpora a diferença como construção sociocultural que se refere aos dois sexos, sublinhando o conceito da *igualdade na diferença*, uma das concepções mais avançadas do seu ponto de vista. Neste, a diferença é aceita, mas não é aval para as desigualdades entre os sexos, o que significa um modelo de conduta no qual as peculiaridades existentes entre homens e mulheres são consideradas. No meio acadêmico, o conceito de gênero foi introduzido a partir da constatação de que o feminismo e seu confronto com os mecanismos de dominação e subordinação levava

à emergência de novas categorias analíticas que não se encaixavam nos paradigmas clássicos, constatando-se que esses paradigmas não conseguiam elaborar modelos explicativos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher como sujeito social e histórico.

Embora num sentido restrito, o conceito de gênero se refira aos estudos que têm a mulher, a família, a sexualidade, a maternidade, entre outros, como foco de pesquisas; num sentido amplo, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e às relações que se estabelecem entre os dois sexos. Estas estão imbricadas com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam uma sociedade onde a tônica é dada pela desigualdade, seja de classe, gênero, raça ou etnia. Com isso se permitiu alguma visibilidade a movimentos sociais emergentes, cujo objetivo era a denúncia contra a discriminação, impondo-se a necessidade de um olhar diferenciado para as ambigüidades da ordenação social.

Dessa perspectiva se considera que as configurações de poder entre os gêneros, da mesma forma que os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, variam de acordo com as culturas, a religião, a economia, as classes sociais, as raças, os momentos históricos, etc. Formam-se assim redes de significações que se edificam e se relacionam, atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana. As desigualdades entre os gêneros e as que envolvem idade, classes sociais, raças e opções sexuais alternativas, efetivam mecanismos de produção e reprodução da discriminação. Esses mecanismos adquirem concreticidade em todas as instâncias da vida social pública e privada: na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e até nas ciências, envolvendo a História, a Sociologia, a Antropologia, a Política, a Economia, etc. Portanto, a utilização do termo implica uma rejeição às diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico e demonstra, por parte da perspectiva teórica feminista, uma absoluta rejeição aos enfoques naturalistas que envolvem a aceitação da categoria implícita de subordinação da mulher ao homem baseada nas estruturas biológicas de cada indivíduo de uma mesma espécie.

No plano educacional, os anos 90 têm mostrado o magistério como um espaço profissional definitivamente feminizado em quase todos os níveis de ensino, assim como aumenta a cada dia o número de mulheres freqüentando a educação básica e superior. Em contrapartida, as conquistas tecnológicas e científicas, o aumento na expectativa de vida e outros progressos sociais, não conseguem superar a desigualdade entre os seres humanos devido à desigual distribuição de riquezas. Isso leva a um expressivo aumento na criminalidade e as mulheres situam-se entre as grandes vítimas da violência, principalmente no espaço doméstico, suportando, além disso, a violência derivada dos hábitos e costumes das práticas culturais entre os diversos povos, o que adquire, inclusive um caráter de universalidade entre o sexo feminino no mundo todo.

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* de 3/9/1995 (p. D1), no Canadá, uma em cada quatro mulheres será vítima de violência sexual em algum momento da sua vida, sendo que metade das agressões será sofrida antes dos 17 anos. Nos Estados Unidos, um milhão de mulheres sofre violência grave na esfera familiar a cada ano; na Europa, quatro milhões são atingidas no mesmo período; na Dinamarca, 25% dos divórcios são causados pela violência conjugal e, no Chile, estima-se que cerca de 60% das mulheres vivem em situações de violência familiar. A Bolívia tem 79% de meninas vivendo em lares violentos e muitas fogem encaminhando-se para a prostituição infantil. Na guerra da Bósnia, até então, chegou a 50 mil o número de estupros cometidos contra mulheres, sendo que na Argentina ocorrem 6 mil casos por ano e, em menos de 10% há condenações. Na Grã-Bretanha, 4,6 milhões de mulheres possuem renda inferior a 40 dólares por semana e apenas 400 mil homens estão nessas condições. O mesmo acontece na Rússia onde as mulheres recebem em média 50% dos salários ganhos pelos homens e são sempre as primeiras demitidas em caso de corte de pessoal; no Japão seus salários chegam a ser até 60% inferiores aos dos homens, além de sofrerem o peso da tradição de que devem ser primorosas donas-de-casa. Na China é notória a preferência dos pais pelos filhos do sexo masculino e muitas meninas recém-nascidas são assassinadas, havendo mais homens do que

mulheres no país. E em Bangladesh as crianças do sexo feminino costumam até receber alimentação inferior às do sexo masculino, e quando adoecem são levadas mais tardiamente ao médico. A Anistia Internacional estima que cerca de cinco mil mulheres são mortas anualmente na Índia por causa de disputas por dotes de noivas. No Egito e em outros 20 países do Oriente Médio e África, as adolescentes são mutiladas sexualmente através da prática bárbara da infibulação, com o objetivo de extirpar-lhes qualquer tipo de desejo sexual e mantê-las fiéis ao cônjuge. Em Uganda, a taxa de contaminação por Aids entre adolescente é seis vezes maior nas meninas do que nos rapazes, devido à crença de que elas transmitem menos o vírus da doença do que as mulheres adultas, em Zâmbia, 24% das grávidas que fazem pré-natal estão infectadas pelo HIV, pois não têm poder para exigir dos parceiros o uso de preservativos por serem extremamente dependentes. No Sudão, as mulheres são proibidas de usar roupas como calças compridas, pois correm o risco de serem açoitadas. No Brasil, os crimes sexuais contra a mulher ainda são tratados como contra os costumes e não contra a pessoa, legitimando a tese sexista de legítima defesa da honra masculina, no Código Penal que data de 1940.

Esse cenário está longe de mostrar sinais de reversibilidade e as mulheres dos tempos pós-modernos, apesar das conquistas que foram efetivadas no terreno da sexualidade, da maternidade como opção, do direito à educação e participação política, do acesso ao mercado do trabalho, ainda convivem com mecanismos discriminatórios que dão origem à violência contra o sexo feminino na sociedade e na esfera conjugal.

A educação tradicional, ministrada nos lares e na escola, sempre teve por norma privilegiar o sexo masculino, sendo considerada supérflua para as mulheres. A tradição luso-cristã chegava a afirmar que excesso de instrução poderia prejudicar sua constituição que seria frágil e nervosa, o que teria por consequência efeitos nocivos na saúde da futura prole. Posteriormente, essa educação passou a ser desejável, dado que a mulher educada seria mais capaz de criar filhos saudáveis, mas não poderia fazer com que ela se sentisse capaz de competir com os homens, o que ocasionaria

desordem social. Assim, a educação feminina, durante longo tempo, tanto na escola como na família, foi normatizada e controlada pelos homens e de acordo com o que estes consideravam necessários. Para estes, o espaço público, a política, a gerência dos negócios; para as mulheres, o cuidado com a casa e os filhos, a economia doméstica. Ainda hoje essa imagética traz conseqüências nas relações entre os sexos, e que se traduzem pela subordinação feminina ao sexo masculino, numa escala social hierarquizada.

A imagética social, ao alocar papéis sexuais diferenciados para homens e mulheres, induz à estereotipia sexual, onde se esperam de cada sexo comportamentos predeterminados. Isso se reflete principalmente quando a criança chega à escola; e no ambiente escolar meninos e meninas desenvolvem atividades lúdicas e artísticas voltadas para esse desempenho. As professoras esperam das meninas comportamentos de ordem, asseio e obediência, o mesmo não acontece em relação aos meninos, aos quais atribuem características de maior agressividade, impulsividade e desobediência. Alguns livros didáticos ainda estampam essa estereotipia, mostrando o pai saindo para o trabalho e a mãe em casa cozinhando, ou limpando e cuidando dos filhos, embora atualmente haja uma tendência de se reverter essas imagens. Nas diversas atividades em sala de aula, muitas vezes existe separação entre os sexos, em atividades nas quais meninos disputam com meninas nas habilidades cognitivas. Essas diferenciações ainda são constantes no ambiente escolar e as professoras, (que são maioria no ensino fundamental), por sua vez, veiculam uma prática pedagógica de acordo com a educação tradicional que receberam. Portanto, levar em consideração que na educação escolar coexistem as diferenças de sexo, assim como as de classe e etnia, configura-se nos tempos atuais como uma abordagem necessária nas pesquisas educacionais, em vista dos aspectos multifacetados de uma sociedade diferenciada quanto ao acesso à educação, à cultura e aos bens materiais. Adotando-se um recorte de gênero nas análises educacionais, é possível edificar novas formas de pensamento isentas de diferenciação sexista, o que levaria a práticas pedagógicas e sociais compatíveis com a nova posição dos sexos no mundo atual.

Referências bibliográficas

- A VOZ feminina. Lisboa, 1868. Localização: Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal.
- ALMA feminina. Lisboa, 1907-1908. Localização: Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal.
- _____. Lisboa, 15 janeiro 1916. p. 2.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 191, p. 31-41, jan./abr. 1998a.
- _____. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998b.
- COSTA, Emília de Sousa. *A mulher: educação infantil*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.
- O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 3 setembro 1995. p. D1.
- SOUZA, F. C. de. *Prática pedagógica nas escolas: reprodução de estereótipos sexuais?* [São Paulo], 1999. Monografia apresentada como relatório de pesquisa à Fapesp.

Recebido em 28 de junho de 2000.

Jane Soares de Almeida, doutora em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela Graduate School of Education, Harvard University, Estados Unidos, é professora adjunta (livre-docente) do Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Araraquara).

Abstract

Women have always fought for rights that were denied to them in a world built under the masculine authority. Besides the political right to vote, several feminist movements showed that in those fights. Women demanded education, instruction, equality and citizenship, which would facilitate their transition from the domestic sphere to the public space. This article reports a brief trajectory about that movement based on the feminine revindications. It concludes that, in spite of the conquests that were accomplished, there are still much to be done in this area, in which education plays important part.

Keyword: women; education; feminism; citizenship.
